

## A SERVIÇO DA PÁTRIA E DO IMPERADOR: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: ORIGENS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Luis Fernando Tosta Barbato<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo trazer a origem e funcionamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX, evidenciando as suas características próprias e como elas influenciaram na produção da primeira historiografia produzida no Brasil. Com esse artigo, poderemos compreender melhor as características desse importante agente da produção historiográfica brasileira, contribuindo assim para que os diversos estudiosos do Brasil do século XIX conheçam melhor a principal instituição voltada aos estudos da história do período.

**Palavras-Chave:** IHGB; Historiografia Brasileira; Brasil Imperial.

**Abstract:** This article aims to bring the origin and operation of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, in the nineteenth century, highlighting their own characteristics and how they influenced the production of the first historiography produced in Brazil. With this article, we can understand better the characteristics of this important agent of Brazilian historiographic production, thus contributing to the many scholars of nineteenth-century Brazil know better the main institution devoted to the study of history of the period.

**Keywords:** IHGB; Brazilian Historiography; Imperial Brazil.

### *1. O IHGB: Introdução*

O Brasil, recém-saído da condição de colônia, precisava firmar-se como nação independente. Entretanto, a conjuntura do período subsequente à independência não era nada favorável a esse intuito. Oligarquias descontentes, dispersas por um heterogêneo e extenso território, ameaçavam a qualquer momento reivindicar suas autonomias, e dar fim à unidade, pelo menos territorial, do jovem Império brasileiro.

A elite intelectual brasileira, muito atrelada ao corpo político do Estado, engajou-se então na luta pela proteção do país, e a arma escolhida por esses homens de letras e ciências, nessa luta contra a fragmentação territorial foi a criação de uma identidade nacional própria, capaz de unir as mais diversas populações em torno de um sentimento pela nova pátria. Nesse projeto, uma organização

desempenhou um papel fundamental: trata-se do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou como é mais conhecido, o IHGB.

## *2. IHGB: Origem, estrutura e funcionamento*

Criado em 1838, na então capital do Império, o Rio de Janeiro, o IHGB nasceu a partir da SAIN<sup>2</sup>, através da iniciativa do marechal Raymundo José da Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa, como uma instituição dedicada aos estudos da História e da Geografia, e com objetivos já traçados: “deveria ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros”<sup>3</sup>.

A composição funcional do recém-fundado grêmio revelava a forte ligação deste com o círculo ilustrado Imperial, e com o próprio Estado brasileiro, representado pela figura do monarca Dom Pedro II. Sobre essa relação, Schwarcz nos revela que dos 27 membros fundadores do instituto, nada menos que 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do governo. Eram eles procuradores, desembargadores, chefes da secretaria de Negócios do Império, entre outros cargos de prestígio, o que, segundo a autora, formava no IHGB um conjunto que “mais se assemelhava a uma sociedade de corte” (SCHWARCZ, 1993, p.101-102).

Boa parte desses membros fundadores era nascida em Portugal<sup>4</sup>, o que, atrelado às suas ocupações diretamente ligadas ao Estado Imperial<sup>5</sup>, legou ao instituto o caráter de uma instituição científico-cultural<sup>6</sup>, controlada por uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, além de forte defensora da Casa de Bragança. Essa ligação com o monarca Dom Pedro II foi muito importante para o grêmio carioca, já que, além de contribuir com cerca de 75% de seus recursos financeiros até o fim do regime imperial, o imperador era assíduo frequentador das reuniões desde sua tenra juventude (SCHWARCZ, 1993, p. 102).

O Imperador, em troca desse apoio dado ao instituto, ganhava fiéis escudeiros que, além de produzir letras que ajudavam a assegurar a manutenção de seu império, construíam cuidadosamente sua imagem pública como monarca, calcada na sua naturalidade da Terra de Santa Cruz, na sua origem, vinda das mais tradicionais linhagens reais europeias e também na sua juventude, o que, segundo

Lúcia Guimarães, concernia a Dom Pedro II a efígie do “príncipe perfeito”, que representava a perspectiva de um futuro brilhante para o Brasil (GUIMARÃES, 1995, p. 544-545).

Podemos perceber que a participação nesse instituto era muito restrita, cabendo ela somente aos pertencentes das poderosas oligarquias locais, ou se não das camadas mais abastadas do Império, das que tinham benesses reais<sup>7</sup>. Assim, o ingresso nesse grêmio também obedecia a regras bastante rígidas.

O candidato a um posto no IHGB deveria ser aprovado por uma série de instâncias dentro órgão até tornar-se componente do instituto, sendo que o primeiro passo era a apresentação do seu *curriculum vitae*<sup>8</sup> por um membro efetivo do grêmio, o que evidenciava que a seleção não obedecia a critérios acadêmicos, situação que só seria alterada pelos estatutos de 1851, já que o pretendente não precisava provar sua competência na área em que atuaria, mas sim a critérios sociais (GUIMARÃES, 1995, p. 484).

A entrada no grêmio tinha objetivos diferentes para os diversos candidatos, já que alguns viam nele a chance de promoção pessoal, enquanto outros a enxergavam como um trampolim para a ascensão na carreira intelectual<sup>9</sup>.

Após aprovado, o novo sócio integrar-se-ia a uma rígida hierarquia interna que vigorava no instituto, que obedecia as seguintes subdivisões: 1) *efetivos*: para esses sócios era exigida a residência na Capital Federal, além da apresentação de trabalho sobre história, geografia ou etnologia do Brasil, o que servia para abonar a capacidade literária do autor. 2) *correspondentes*: não era exigida a residência na Corte, apesar de ser requerida a mesma idoneidade intelectual dos sócios efetivo, ou a oferta de um “presente de valor” que se destinasse ao museu do instituto. 3) *honorários*: para ocupar essa posição, o sócio deveria apresentar, além de “idade provector”, o “consumado saber e distinta representação”. 4) *beneméritos*: tratava-se de sócios efetivos que eram elevados a essa condição graças ao valor da obra prestada ao grêmio, ou a pessoas que contribuíssem ao instituto com uma soma superior a 2:000\$ em dinheiro ou em objetos de valor. 5) *presidente honorário*: só conferido ao chefe de Estado e a líderes de outras nações (SCHWARCZ, 1993, p.104).

Esses sócios estavam distribuídos em diferentes cargos dentro da organização, sendo eles: 1) os *presidentes*: cargo normalmente ocupado por grandes expoentes da política nacional, ao qual cabia o papel de apresentar e

representar o instituto, e que também deveria estabelecer as normas entre a associação e as grandes diretrizes da política oficial. 2) *os secretários*: esses membros em geral destoavam dos demais do IHGB por ocuparem postos de menor evidência no país, como profissionais liberais. Eram os responsáveis pelo dia-a-dia do instituto, já que montavam as pautas e atas de reuniões, organizavam trabalhos, propunham a abertura de concursos e a realização de homenagens, redigiam pareceres para a efetivação de novos sócios, enfim, eram os responsáveis pelo funcionamento do grêmio. Tratava-se de uma atividade bastante árdua e que exigia enorme dedicação de seu ocupante<sup>10</sup>. 3) *os oradores*: cargo ocupado por intelectuais respeitados e destacados na época, que desempenhavam certas funções nas reuniões do instituto – como leitura de programas, pronunciamentos finais, entre outros -, configurando assim uma tarefa mais branda que as realizadas pelos secretários (SCHWARCZ, 1993, p.105-108).

Agora que sabemos como se constituiu e qual era a estrutura do grêmio carioca, nascido sob os auspícios do governo monárquico brasileiro, e com a nobre incumbência de dar ao recém-independente Brasil, carente de suas raízes, uma história da qual pudesse se orgulhar e assim evitar sua fragmentação. Podemos nos remeter a quais eram as características do saber produzido no interior dessa instituição e qual é a sua importância para o desenvolvimento da História no país.

### *3. IHGB: Tecendo a Memória Nacional*

Segundo Manoel Guimarães, o pensar a História é uma das marcas características do século XIX, ao logo do qual foram elaborados os parâmetros para o moderno tratamento do tema. Nesse período, o discurso histórico ganhou foros de cientificidade e o historiador passou de homem de letras à categoria de pesquisador, de igual status entre seus pares nos diversos ramos da ciência (GUIMARÃES, 1988, p.5).

Nesse sentido, ainda segundo Manoel Guimarães, a vitória da cultura histórica oitocentista viabilizou o surgimento de diversas formas institucionais, capazes de por em marcha o projeto de uma história, que, ao mesmo tempo em que se apropriava da tradição e dos métodos da pesquisa erudita, também estava

submetida às exigências de uma cultura histórica modificada, definitivamente submetida às regras da ciência (GUIMARÃES, 2001, p.1).

Na Europa, essa valorização do pensamento histórico estava articulada em um quadro mais amplo<sup>11</sup>, no qual a questão nacional ocupava posição de destaque, o que também se observava aqui – lembremos que o IHGB surgiu justamente com objetivo de criar uma identidade nacional para o Brasil, e a produção histórica estava inserida nesse contexto.

Dentro do ímpeto lançado pelo movimento europeu, o IHGB se propôs a construir a memória nacional brasileira, tal como definiu Pierre Nora ou seja, da “constituição gigantesca e vertiginosa de estoque material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar”, como frisou Lucia Guimarães (GUIMARÃES, 2001, p.267).

No entanto, aqui esse advento do saber histórico teve suas especificidades em relação ao padrão europeu. Enquanto no Velho Continente seu espaço principal de desenvolvimento se deu no seio das universidades, marcadas pela acirrada competição intelectual, no Brasil foram nas academias de modelo ilustrado, que conheceram seu auge na Europa dos fins do século XVII e durante o século XVIII, e que tinham critérios de seleção que obedeciam a relações sociais, que esse saber se desenvolveu. Esse espaço de inspiração iluminista e marcadamente elitista seria o *lócus* privilegiado da produção historiográfica brasileira até períodos avançados do século XX (GUIMARÃES, 1998, p.5).

No Brasil do século XIX, o IHGB era o principal representante desse tipo de instituição. Ele fora criado para servir de exemplo para instituições congêneres nas diversas províncias brasileiras (GUIMARÃES, 1998, p.5), o que segundo Manoel Guimarães ressalta o caráter iluminista da associação<sup>12</sup>, já que foi inspirado no modelo adotado na França do século XVIII, no qual as academias científicas e literárias provinciais articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização conduzido pelo Estado, com sede em Paris.

No Brasil, o Rio de Janeiro<sup>13</sup> representaria o papel de Paris, assumindo a posição de irradiador das Luzes, no sentido capital-províncias, integrando-as assim ao projeto de centralização do Estado, e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira (GUIMARÃES, 1988, p.8).

Enfim, todo esse contexto do século XIX, como ilustra o desenvolvimento do nacionalismo na Europa, a necessidade da criação de uma memória nacional no

Brasil, o forte apoio imperial ao grêmio, a influência francesa, a participação das elites na conformação do instituto e o advento da História como ciência, refletiu-se na produção historiográfica do IHGB, conferindo-lhe características próprias.

Como já frisamos, o IHGB surgiu no momento em que a história se firmava como ciência, pois até esse período o gênero se confundia com o que hoje chamamos de “literário”. No entanto, ele vinha alterando seu status desde o século anterior, quando os filósofos das Luzes separaram a história da literatura, classificando a primeira no âmbito das ciências, o que significava que se tratava de um conhecimento adquirido através de um exame crítico da documentação. Já a segunda entrou no sistema das artes, que pode ser considerado como um conjunto de produtos semióticos orientados para a obtenção de efeitos estéticos (BENATTI, 2000, 66-76).

O IHGB não escapou a essa influência, o que pode ser notado ao observarmos tanto no grande valor que seus membros dão tanto à exatidão dos fatos, quanto à valorização dos documentos<sup>14</sup> que promoveram<sup>15</sup>, algo até então inusitado no Brasil. Segundo a proposta do IHGB, havia a necessidade de produzir informações corretas e precisas, imparciais e objetivas sobre a nação<sup>16</sup>, despertando assim o patriotismo nacional, o que atesta que o instituto estava sintonizado com as modernas concepções europeias sobre o tema (PAZ, 1996, p.228-229).

Essa consonância do grêmio brasileiro com o Velho Mundo fica mais ainda clara se observarmos o modelo institucional que o IHGB tomou para si: o Institut Historique de Paris<sup>17</sup>. O que endossa os dizeres de Manoel Guimarães, segundo os quais os intelectuais brasileiros buscaram transformar o Brasil em uma frente avançada da civilização francesa nos trópicos, já que enxergavam na França um modelo de vida social, trabalho intelectual, e mesmo de civilização a ser seguido.

Além disso, num caso muito próprio do Brasil dentro da América Latina, a construção da ideia de nação aqui não se calcou sobre a oposição à antiga metrópole portuguesa, mas, pelo contrário, já que o IHGB reconhecia a nova nação brasileira como continuadora da missão civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Isso, aliado à influência francesa, conferiu à produção histórica do instituto uma de suas características mais marcantes: a definição do modelo branco e europeu de civilização (GUIMARÃES, 1998, p.6-8).

Isso pode ser confirmado se analisarmos o artigo de Martius *Como se deve escrever a História do Brasil* (MARTIUS, 1865), vencedor do concurso promovido

pelo instituto para premiar a monografia que melhor sugerisse um plano para a escrita da história brasileira<sup>18</sup>. Esse artigo confere ao Brasil, inserido no conjunto mais amplo das nações, o papel de promover a mistura das três raças humanas em seu interior, sendo que cada uma delas desempenharia um papel pré-definido, cabendo ao homem branco a missão de “civilizar” o país, sendo uma espécie de guia para o progresso, ficando os índios e negros, excluídos de tal processo.

A forte ligação do monarca com o instituto, além da grande participação de funcionários estatais, grandes defensores da Casa de Bragança, também refletiram na produção historiográfica do grêmio, que se deu na escrita da história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado ilustrado, esclarecido e civilizador (GUIMARÃES, 1988, p.10).

Todas essas características da historiografia produzida no IHGB podem ser observadas na revista do instituto, principal meio de divulgação de suas ideias<sup>19</sup>. Esse periódico pode ser dividido em três partes distintas, segundo Schwarcz, sendo a primeira composta de artigos e documentos, que tratavam de temas relevantes ao instituto, ou que interpretavam textos históricos, ou ainda que discorriam sobre os limites territoriais do Brasil ou sobre os hábitos de nossos indígenas – o que revelava a importante participação do movimento romântico no grêmio.

Na segunda parte concentravam-se as biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes”, que como veremos mais a frente, desempenhavam um papel específico dentro do projeto do IHGB, e na terceira parte, encontramos os extratos das atas das sessões quinzenais, que reproduzem o cotidiano do instituto (SCHWARCZ, 1993, p.109-110).

Se analisarmos o material publicado nessas revistas, notaremos que se trata de documentos bastante heterogêneos entre si: são cartas de sócios, necrologias de personagens importantes, estudos indígenas, discursos de autoridades, memórias e relatos de viagem<sup>20</sup>, estudos geológicos, transcrições de papéis oficiais, entre muitos outros exemplos.

Lúcia Guimarães aponta para o grande número de documentos não contemporâneos – termo que ela usou para designar os documentos produzidos em épocas anteriores à fundação do instituto – frente às produções historiográficas de seus membros, que no período compreendido entre 1839 e 1849, corresponde a 5,2 publicações do primeiro tipo, para cada publicação o segundo tipo.

Segundo a historiadora, esse fato se explica pela carência de pesquisa sistemática no Brasil, iniciada somente em 1838 com a criação do IHGB, ou ainda, sugere também, ser um reflexo da falta de fatores acadêmicos nos critérios de seleção dos sócios, o que refletia na produção deles (GUIMARÃES, 1995, p. 509-514).

Através dessas publicações periódicas, o IHGB ia tecendo a memória do país, que se configurou em um longo e seletivo empreendimento, no qual se procurou pinçar no repertório do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente.

Nesse projeto de construção de uma memória nacional e unificadora, o passado recente – configurado entre a independência e a fundação do instituto –, marcado pelo temor de desagregação não poderia ser escolhido para dar forças para que o Brasil caminhasse com segurança rumo ao futuro, por isso encontramos uma ênfase maior na publicação de documentos referentes ao passado distante, ou seja, ao Brasil colonial.

Evidência desse intuito de evitar publicações que remetessem à desunião nacional<sup>21</sup> foi o episódio em que um documento raro sobre a Revolução Pernambucana de 1817 – segundo Mota “o primeiro traço realmente significativo de um processo de descolonização rápido e radical” (MOTA, 1972, p.2) – foi doado ao instituto. Contudo, mesmo tratando-se de um documento importante, teve sua publicação “censurada” na revista do instituto, sob alegação de que constaria nele relatos de pessoas ainda vivas<sup>22</sup>.

Nesse sentido, pode-se inferir que tal arquivamento desse documento refere-se ao intuito de evitar testemunhos que pudessem comprometer o difícil e complexo “processo de enraizamento e legitimação da Coroa” (GUIMARÃES, 1995, p. 517-519). Por isso, encontramos uma ênfase no passado longínquo do Brasil, no qual biografias de donatários, capitães-gerais, governadores, vice-reis, e outras autoridades, além das várias fontes relacionadas à presença da Companhia de Jesus em território brasileiro, eram priorizadas na revista.

Segundo Lúcia Guimarães, não se encontra no período imperial do IHGB um único impresso que evidencie qualquer indício de contestação do sistema colonial, o que, segundo ela, reforça a ideia de continuidade entre a missão civilizadora portuguesa e a missão do reinado atual. As biografias também ressaltam esse caráter, já que a distinção entre brasileiros e portugueses tornara-se secundária, o

que enfatiza os laços de união entre os dois povos, além do que servia também para reforçar as linhas de legitimidade entre o Estado português e o atual, e contribuir para a formação de uma galeria de heróis nacionais (GUIMARÃES, 1995, p. 520-523).

Segundo o sociólogo francês Maurice Halbwachs, quando as instituições sociais e políticas estão abaladas, seja por problemas internos, seja por guerras, uma maneira de superar essa crise é retomar as coisas do início, e depois, imagina-se que nada mudou, porque se reata o fio da continuidade (HALBWACHS, 1990, p.84).

A teoria de Halbwachs encaixa-se bem nesse momento em que se encontra a fundação do IHGB, no qual o Brasil sofria com eventos recentes que abalaram as estruturas do país, evidenciando a fragilidade do Império. O instituto recorreu, então, ao passado remoto brasileiro e na união entre brasileiros e portugueses para dar ao país uma continuidade não marcada pelos elementos desagregadores do passado recente, que tanto assombravam os pensadores que compunham esse grêmio.

Nesse mesmo contexto, também poderíamos remontar ao livro de Hobsbawm e Ranger sobre a invenção das tradições, que se entende por um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, que visam inserir certos valores ou normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Essa prática também ocorre quando acontecem transformações suficientemente amplas e rápidas, tanto do lado da demanda, quanto da oferta (HOBSBAWM; RANGER, 1984, 9-13).

Assim, dava o IHGB início a uma série de repetições, que tinham por objetivo amalgamar o brasileiro à noção de que se tratava de um povo nascido do ímpeto colonizador e civilizador português, atualmente liderado por um monarca esclarecido, legítimo sucessor da missão lusitana. E que apesar de disperso em um território de extensão continental, tratava-se um povo único, que compartilhava dessas mesmas tradições.

Portanto, observamos no IHGB um quadro no qual o Estado se apoiava em Instituições a fim de estabelecer uma história nacional. Podemos encontrar a origem dessa ligação entre Estado e intelectuais em finais do século XVIII, através da inserção desses em projetos ilustrados da Coroa Portuguesa. Segundo Lucia Maria

Bastos P. Neves, essa ligação entre Estado e intelectuais se manteve forte ao longo de todo século XIX, tanto em Portugal, quanto no Brasil (NEVES, 1999, p.9).

Isso porque, a partir das reformas ilustradas empreendidas pelo Governo Português, na segunda metade do século XVIII, os dirigentes do império passaram a recorrer a certas ideias da ilustração, com o intuito de atualizar suas leis, seu sistema educacional, suas políticas econômicas e suas práticas administrativas, garantindo assim a conservação do reino, e se possível, seu engrandecimento. Para isso, contou-se com o apoio do que Neves chamou de “famílias de intelectuais”, ou seja, pensadores, em geral formados pela reformada Universidade de Coimbra e ligados ao governo central e engajados nos diversos empreendimentos lançados pelo governo ilustrado português<sup>23</sup>. Dessa maneira, o conhecimento e a cultura apresentavam-se como uma forma de poder (NEVES, 1999, p.9-15).

Assim, notamos que o IHGB, o Colégio Pedro II e o Arquivo Público podem ser compreendidos dentro dessa ótica, na qual o Estado, com o apoio de suas elites buscou através de medidas de caráter cultural e pedagógico conseguir meios para atingir seus objetivos (NEVES, 1999, p.16-25), no caso, a preservação de sua unidade territorial e o estabelecimento de aspectos nacionais, para o já formado Estado Nacional brasileiro (DOMINGOS, 2009, p.28).

A partir dessas análises, podemos perceber que dentro do IHGB predominava uma visão pedagógica da história, baseada na *historia magistra vitae*, que remonta a Cícero (CALLARI, 2001, p.74), o tornava o passado um lugar a ser constantemente revisitado pelo historiador, para que nele fossem resgatados os exemplos que legitimariam o presente. Simone Domingos nos lembra que, segundo Manoel Guimarães, “da associação entre os interesses nacionais e o projeto científico para a História, nasceu uma cultura histórica responsável em afirmar a centralidade da História no processo de definição e sentidos para o homem contemporâneo” (DOMINGOS, 2009, p.25). Assim, essa cultura histórica congrega passado, presente e futuro, e nos remete ao passado, lugar de excelência de definição de um sentido original, razão que explica a própria existência do presente.

Assim, ainda segundo Simone Domingos, o passado foi lido de acordo com as demandas do presente, sendo possível, assim, transformar e organizar lembranças na forma de um relato coerente, capaz de sedimentar projetos para a vida coletiva no futuro, através de valores como os de pertencimento a um grupo, legitimidade e autoridade da nova ordem em constituição. Dessa maneira, a História

se mostrava, nos momentos de incerteza, como uma espécie de porto-seguro, pois era capaz de gerar imagens e sentidos para a ação no presente, marcando uma profunda relação de identidade coletiva e individual: “o que se busca nela agora não serão mais os modelos, mas explicações, as razões do presente” (DOMINGOS, 2009, p.26).

Nesse sentido, a *Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa e Raymundo José da Cunha Mattos, nos dá clara amostra desse sentido pedagógico que os estudos da História – juntamente com o de outras *letras* - desempenhavam dentro do IHGB, tanto na formação social, quanto nos serviços prestados à administração pública:

Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, no esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes publicos, é evidente que em uma monarchia constitucional,... a maior soma de luzes deve formar a maior... felicidade publica, são as letras de uma absoluta... necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a historia e geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios á publica administração para o esclarecimento de todos brasileiros (BARBOSA; MATTOS, 1856, p.5).

Dessa maneira, assumindo a História em seu caráter pedagógico, como aliada do Estado e de suma importância dentro do contexto social da época, o historiador surge como um pensador de grande importância dentro dos quadros do Estado, pois era ele o portador da metodologia correta – no caso, a científica – para fazer uma visita responsável ao passado, e dele retirar aquilo que fosse útil para a construção de um presente, e também de um futuro, melhores. A partir do trecho abaixo, de Araújo Porto-Alegre, fica evidente a valorização do trabalho do historiador dentro do contexto das letras oitocentistas:

O historiador quando preenche devidamente a sua missão é um benemérito da pátria e da humanidade: poderosa dualidade na demolição e reconstrução do passado, prepara os espíritos para o futuro na indicação moral dos resultados da experiência humana (PORTO-ALEGRE, 1930, p.465).

O historiador assumia então uma função patriótica, e sua função era levar uma história uma aos brasileiros, cumprindo seu dever para com sua pátria, que nesse caso, era o de despertar em seus leitores o amor pelo seu país, difundindo entre eles suas inúmeras virtudes, além de afastar “ideias políticas imaturas”, como

de “republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades”, marcando assim a visão na qual Brasil estava unido sob os auspícios de um Estado Monárquico. Essa dupla tarefa, de criar laços de união, e ao mesmo tempo afastar ideias contrárias ao projeto político vigente que cabiam ao “historiador patriótico”, podem ser observadas no trecho abaixo (DOMINGOS, 2009, p.36):

deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião afin de mostrar que todas as províncias do Imperio por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propicio adiantamento só póde ser garantido pela mais intima união entre ellas. Justamente na vasta extensão do paiz, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisongeiro, achase fundando o poder e a grandeza do paiz. Nunca se esqueça, pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como author Monarchico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra (MARTIUS, 1865, p.410).

Assim, podemos concluir que o IHGB era uma instituição cultura, porém fortemente vinculada à política imperial brasileira, e que surgiu perante uma necessidade de construção de uma então necessária identidade nacional brasileira. A partir de 1851, novidades se instalaram na Academia, através da revisão de seus estatutos, o que, segundo Lucia Guimarães, ampliou suas linhas de pesquisa e mudou os critérios de admissão de novos sócios, dando mais privilégio às virtudes intelectuais em relação às sociais (GUIMARÃES, 1999, p.36).

No entanto, Lucia Guimarães nos mostra que, mesmo com as renovações dos estatutos, o IHGB ainda permaneceria muito tempo nas mãos do grupo de fundadores, responsáveis por garantir as características fundamentais do grêmio. Esses primeiros homens, conscientes de suas responsabilidades para com o império, e do envolvimento pessoal com a figura do monarca, tomaram todas as medidas para que as renovações no quadro social fossem gradativas e não fugisse aos ideais<sup>24</sup> iniciais propostos por aqueles ilustres guardiões da história oficial (GUIMARÃES, 1999, p.57).

## REFERÊNCIAS

BARBATO, Luis Fernando Tosta. “Natureza, Ciência e Progresso: A natureza brasileira no debate letrado do IHGB (1839-1845)” In.: **Aedos. Revista do**

**Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.**

Vol. 2, N° 3, 2009.

- BARBOSA, Januário da Cunha & MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Breve Notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. In.: **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1856 (1839).
- BENATTI, Antonio Paulo. “História, Ciência, Escritura e Política” In.: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o Passado, Repensar a História**. Campinas-SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- CALLARI, Cláudia Regina. “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes”. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 21, n° 40, 2001.
- DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e Memória: A polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)**. Campinas,SP: [s.n.], 2009.
- DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e Memória: A polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)**. Campinas,SP: [s.n.], 2009.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” In.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 388, 1995.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 21, n° 40, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In.: **Estudos históricos**, nº 1, 1988.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte”. In.: HEZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Acces, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence(orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. “Como se deve escrever a história do Brasil” In.: **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Tomo VI, 1865 (1844).

MORCOVO, J.D. de Attaide & LISBOA, Bento da Silva. “Parecer sobre 1 e 2 volume da obra intitulada Voyage Pittoresque au Brésil, ou séjour d’un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu’em 1831 inclusivement. Par J.B. Debret”. In.: **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tupographia de D. L. dos Santos, 1841.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo: Perspectiva – Ed. USP, 1972.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. “Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In.: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

PAZ, Francisco de Moraes. **Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista**. Curitiba: UFPR, 1996.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. “Relatorio do Primeiro Secretario o Sr. Manoel de Araujo Porto Alegre”. In.: **Revista do Instituto Histotico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930 (1858).

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História” In.: JANCSÓ, Istvan. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Bacharel, licenciado e mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente cursa doutorado em História Cultural, também pela Unicamp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

<sup>2</sup> Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entidade que tinha por objetivo promover o desenvolvimento da agricultura e pecuária no país, e que, segundo Schwarcz, fazia parte de conjunto de medidas criadas na época que visava a centralização do Estado ( SCHWARCZ, 1993. p.101).

<sup>3</sup> Lúcia Guimarães vê a criação do IHGB como um reflexo do movimento de vanguarda que vinha ocorrendo na Europa, num momento que Le Goff identificou como “destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos da lembrança” (GUIMARÃES, 1995, p.473).

<sup>4</sup> Pelo menos 8 deles, se buscarmos no quadro de funções e origens elaborado por Lúcia Guimarães sobre os 27 sócios fundadores do instituto. Cf GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” (GUIMARÃES, 1995, p.476-478).

<sup>5</sup> Segundo Sérgio Buarque de Holanda, nessa época, cerca de 90% dos eleitores e deputados – onde se incluía esses fundadores do IHGB – viviam de empregos públicos, dependendo, portanto, dos favores do governo, o que, em partes, nos explica esse apoio ao regime monárquico brasileiro. *Apud* GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” (GUIMARÃES, 1995, p.468).

<sup>6</sup> Havia uma alegada neutralidade política dentro do IHGB, no entanto, segundo Manoel Guimarães, havia uma articulação entre a produção intelectual e a política, ainda que fosse restrita a um diálogo com projetos políticos mais gerais, engajados na constituição e manutenção do país/nação (DOMINGOS, 2009, p. 14); Segundo Schwarcz, em geral, instituições como os institutos históricos aliavam um discurso de suposto racionalismo com o papel da imparcialidade no ofício do historiador, o que acabava por assegurar-lhes uma conotação de ‘a-política porque científica e neutra’, sendo essa característica uma das marcas registradas desses grêmios (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

<sup>7</sup> Não que isso provocasse a falta de literatos ou pesquisadores de renome nos quadros do instituto, como é o caso de Varnhagen e Gonçalves Dias ou, em anos posteriores, Sílvio Romero e Euclides da Cunha (SCHWARCZ, 1993, p. 104).

<sup>8</sup> Vale aqui ressaltar que apesar da necessidade de apresentação do *curriculum vitae* por parte do candidato para a entrada no grêmio, o que remete a critérios profissionais e acadêmicos na seleção, esse *curriculum* apresentado tinha a função e o enfoque de mostrar mais a inserção do candidato nas redes sociais da época do que de mostrar uma produção acadêmica ou uma trajetória profissional.

<sup>9</sup> Exemplo desse prestígio que detinha o IHGB se mostrava na grande quantidade de memórias remetidas ao instituto por letrados de várias partes do Brasil, buscando sua publicação, que servia como uma espécie de endosso intelectual, servindo ao autor como um indicador legítimo de sua inserção no meio acadêmico (SCHIAVINATTO, 2003, p. 627).

<sup>10</sup> O cônego Januário da Cunha Barbosa retrata bem o perfil dessa categoria, já que, trabalhador incessante e dedicado, representava o esforço de quem acreditava e pretendia sustentar uma organização cuja viabilidade ainda era incerta e também a imagem de um pensador que fez da exaltação do próprio grupo a sua atividade intelectual fundamental (SCHWARCZ, 1993, p. 106).

<sup>11</sup> Segundo Cláudia Regina Callari, fica clara a relação entre a constituição do IHGB com o movimento que se desenrolava na Europa no início dos oitocentos, que conciliava no mesmo espaço um discurso historiográfico emergente e nacionalismo. Movimento esse marcado pelo romantismo e pelo nacionalismo, e que contava no Estado como o principal gerenciador da pesquisa histórica. Além disso, podemos elencar como marcas do pensamento europeu que influenciou o Brasil n século XIX o amadurecimento da história erudita, e da crítica documental – consolidada por Leopold Von Ranke – além do positivismo comteano, após a década de 1870 (CALLARI, 2001, p. 72).

<sup>12</sup> Notadamente do iluminismo português, que segundo Manoel Guimarães é marcado pelo conservadorismo e pela tradição católica (GUIMARÃES, 1988, p.5)

<sup>13</sup> Segundo Cláudia Callari, o fato de o IHGB estar sediado no Rio de Janeiro, então sede da Corte, o credenciava a ser o representante de toda a nação brasileira (CALLARI, 2001, p. 60).

<sup>14</sup> Dentro do IHGB recém criado, percebemos que, ao lado dos interesses regionais de se escrever histórias particulares de cada província, e não uma história geral para o Brasil, percebemos através do discurso inaugural de Cunha Barbosa que a coleta de documentos se mostrava como um dos pontos cruciais e mais críticos para esse então moderno historiador do instituto, uma vez que esses documentos encontravam-se desorganizados e espalhados por todo Brasil, e mesmo no exterior (BARBOSA; MATTOS, 1856).

<sup>15</sup> Isso pode ser evidenciado nas diversas viagens de coleta de documentos promovidas pelo instituto e na sugestão proposta em 1842, que transformaria o IHGB em depósito obrigatório das obras publicadas no Brasil (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

<sup>16</sup> Já que seus membros alegavam que o Brasil estava sendo relatado por olhos tendenciosos e desinteressados de estrangeiros, responsáveis por informações errôneas sobre o país. O que explica a ocorrência de pareceres do instituto sobre obras referentes ao Brasil e publicadas no exterior, como é o caso do parecer sobre a obra *Voyage Pittoresque au Brésil*, do artista francês Debret, no qual os analistas, apesar dos elogios, acusam a obra de “caricaturar” demais o país, por estar desatualizada em relação ao então Brasil do período (MORCOVO; LISBOA, 1841, p.96).

<sup>17</sup> Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, a associação ao Institut Historique de Paris, à Sociedade de Antiquários do Norte, entre outros de renome internacional, servia também para assegurar uma legitimação política para o Império Brasileiro, inserindo assim a história do Brasil numa história universal da civilização. A tarefa de constituir um passado como História, dentro dos cânones da cultura europeia se mostrava como fundamental para um país recém-saído da condição de colônia e percebido pelo olhar europeu como desprovido de história, condição fundamental para a civilização (GUIMARÃES, 2001, p.2-3).

<sup>18</sup> Segundo Cláudia Callari, essa obra de Martius apresenta-se como um exemplo de uma história que combinava as teorias em voga na Europa do século XIX, como é o caso da hierarquização racial, presente na obra do naturalista, sem deixar de apontar as particularidades nacionais, no caso, a particularidade do Brasil, calcada no cruzamento entre as raças (CALLARI, 2001, p. 73).

<sup>19</sup> Vale ressaltar que como periódico, o IHGB foi publicado todos os anos, entre seu volume inicial, 1839, e o marco temporal final de nossa pesquisa, 1889. Até 1864, sua tiragem era trimestral, e todo o conteúdo era organizado em um único volume; a partir dessa data, passou a ser apresentada em dois volumes, assim permanecendo até 1932. O nome do periódico também não passou incólume ao tempo: chamado originalmente de *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, em 1850 passou-se a chamar *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*; em 1859 o periódico passou a se chamar *Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*; em 1886, passou a se chamar *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (DOMINGOS, 2009, p. 20).

<sup>20</sup> Segundo Schiavinatto, essas memórias desempenhavam um papel importante na construção da memória nacional, já que se tratava de fontes complementares, ou até mesmo substitutivas, às fontes consumidas pela voragem do tempo ( SCHIAVINATTO, 2003, p. 627).

<sup>21</sup> Lucia Guimarães observa nesses fatos o fenômeno que James Fentress e Chris Wickham denominaram de *memórias partilhadas*. Que são, segundo a autora, a produção de narrativas escritas que tomam forma dentro de um quadro de significado, proporcionado pelo grupo que as produz. Assim, percebe-se a exclusão deliberada de conflitos que, quando consignados, seriam atribuídos à mocidade do país, e aos arroubos da juventude (GUIMARÃES, 2001, p. 280).

<sup>22</sup> Essa questão se mostra evidente a partir da chamada *Arca do Sigilo*, que se tratava de uma espécie de cofre-forte, proposto pelo sócio Francisco Freire Allemão, como o objetivo de “censurar” obras que apresentassem versões dos episódios históricos incompatíveis com o projeto político defendido pelo instituto, ou ainda, como já dissemos, para evitar que a imagem de pessoas ainda vivas fosse prejudicada por esses documentos (GUIMARÃES, 2001, p.268).

<sup>23</sup> Sobre essa questão, um bom exemplo dessa união entre o governo português e as chamadas “família de intelectuais” de Neves se dá na criação da Academia de Ciências de Lisboa, em 1779, que foi criada como uma dos mecanismos do Estado para combater a crise econômica que se instaurara no Império Português nos finais do século XVIII, uma vez que, dentro da visão ilustrada, a ciência apresentava-se como uma forte aliada na luta contra a decadência econômica (BARBATO, 2009, p. 97-99).

<sup>24</sup> Cláudia Callari nos traz o exemplo da inserção do Positivismo no IHGB, pois essa doutrina filosófica era abertamente criticada dentro do grêmio, uma vez que abalava as bases sobre as quais ele estava fundado: a monarquia e a religião. No entanto, como a homogeneidade entre os membros não era absoluta dentro do IHGB, com a morte da velha guarda do instituto, paulatinamente esses intelectuais foram substituídos por outros mais jovens, sendo muito deles educados à luz do

positivismo, principalmente aqueles da geração de 1870, formados dentro da Escola Militar. No entanto, segundo Callari, muitos desses jovens intelectuais, ao incorporarem-se ao grêmio, cederam à sua forma organizacional, à ideia de consenso e ao temor de que as ideias fossem interpretadas como políticas (CALLARI, 2001, p. 75-76).